

Análise das Interações da Audiência Pública da CDH sobre Violações à dignidade humana: familiares de presos políticos do dia 8 de janeiro de 2023 – 16/07/2025 – Gerado por IA

Com o objetivo de oferecer um panorama claro das opiniões do público aos Senadores, este relatório analisa as **361 participações de cidadãos** na audiência pública "Violações à dignidade humana: familiares de presos políticos do dia 8 de janeiro de 2023", organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em 16 de julho de 2025. A análise classifica os comentários e perguntas em temas centrais, detalhando as diferentes perspectivas sobre os acontecimentos e suas consequências.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 361

Temas principais:

- Repúdio aos Atos e Defesa da Punição (36%):** A maioria das interações condena veementemente os atos de 8 de janeiro, rejeitando a classificação dos detidos como "presos políticos". Para este grupo, os envolvidos são criminosos que atentaram contra o Estado Democrático de Direito e devem ser responsabilizados criminalmente. Há uma forte oposição a qualquer tipo de anistia.

Exemplo: "Repúdio total a qualquer proposta de anistia para os responsáveis pelo 8 de janeiro." (Amarildo F., PA)

2. Alegações de Violações de Direitos e Críticas ao Sistema de Justiça (28%):

Uma parcela significativa dos comentários denuncia supostas violações aos direitos humanos dos presos, com críticas à falta do devido processo legal, prisões arbitrárias e à competência do STF. Muitos cidadãos expressam preocupação com o tratamento dispensado aos detidos.

Exemplo: "Como o Estado pode assegurar os direitos humanos e a dignidade dos presos e de seus familiares diante das denúncias de violações?" (Lara M., RJ)

3. Defesa dos Manifestantes e Pedido de Anistia (19%):

Este grupo defende os indivíduos presos, argumentando que são inocentes ou foram presos injustamente em um processo de perseguição política. Consequentemente, pedem a libertação dos detidos e a concessão de anistia.

Exemplo: "Sim, tem que haver anistia pois essas pessoas não tiveram o devido processo legal. Foram violadas em seus direitos" (Alice M., RR)

4. Isonomia e Tratamento Desigual (8%):

Diversos comentários questionam a isonomia no tratamento dado aos presos do 8 de janeiro em comparação com outros crimes, apontando uma suposta seletividade do sistema penal.

Exemplo: "Qual a diferença entre familiares de presos na tentativa de golpe de 8 de janeiro com outros criminosos de outros crimes também previsto em lei?" (Adriano T, RJ)

5. Responsabilização de Financiadores e Mandantes (6%):

Uma preocupação recorrente é a necessidade de investigar e punir não apenas os executores, mas também aqueles que financiaram e idealizaram os atos, cobrando que as investigações alcancem os "autores intelectuais".

Exemplo: "Há necessidade de penalizar fortemente os financiadores dessa massa de manobra." (Carla M., PR)

6. Defesa da Democracia (3%):

Por fim, uma parte das interações foca na defesa da democracia e das instituições, reforçando a importância do respeito



ao resultado eleitoral e do cumprimento das leis como pilares do Estado Democrático de Direito.

Exemplo: "A democracia só é possível se as leis forem seguidas e aqueles que as descumprirem, punidos. Por que nesse caso seria diferente?" (Ana C., RJ)

A análise das participações revela uma sociedade profundamente dividida. De um lado, há um grupo majoritário que condena os atos, exige a punição exemplar dos envolvidos e se opõe firmemente à anistia. De outro, uma parcela expressiva alega perseguição política, denuncia violações de direitos humanos e clama por anistia. Questões como a isonomia do sistema de justiça, a responsabilização dos financiadores e a defesa da democracia também emergiram como pontos centrais, oferecendo aos senadores um retrato abrangente e complexo dos sentimentos e preocupações da população sobre o tema em questão.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34544>.